

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.239 - TO (2018/0340386-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : MARCIO OSTERER**  
**ADVOGADO : LEANDRO FREIRE DE SOUZA E OUTRO(S) - TO006311**  
**RECORRIDO : OMNI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**  
**ADVOGADOS : PLUMA NATIVA TEIXEIRA PINTO DE OLIVEIRA MATOS -**  
**TO006894A**  
**LIDIANE DE MELLO GIORDANI E OUTRO(S) - TO005246**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Márcio Osterer no qual se alega violação dos arts. 2º, § 2º, e 3º do Decreto-Lei n. 911/1969, e 15 da Lei n. 9.492/1997, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 90):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR. INADIMPLÊNCIA. CONSTITUIÇÃO DO DEVEDOR EM MORA. VIA AVISO DE RECEBIMENTO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. COMPROVAÇÃO.

1 - O direito de o credor arrendante reaver o bem que se encontra na posse do devedor está diretamente ligado à caracterização da mora do último, a teor do que dispõe a Súmula 369, do STJ.

2 - Para a comprovação da constituição em mora o devedor-fiduciário - via Aviso de Recebimento-AR - mecanismo necessário a cientificá-lo publicamente acerca do débito não adimplido, basta o efetivo envio do AR no endereço do domicílio de devedor, constante no contrato, mesmo que retorno com o apontamento "mudou-se". Obrigação do devedor em manter seu endereço atualizado enquanto durar a relação contratual.

3 - No caso em concreto o débito já quitado pelo agravante corresponde a 22% das parcelas contratadas, pois como já referido, foram pagas 8 das 36 parcelas, o que não pode ser considerado um adimplemento substancial.

AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Sustenta o recorrente que a notificação extrajudicial que instruiu a ação de busca e apreensão não é válida, uma vez que não foi remetida ao endereço fornecido no

contrato celebrado entre as partes.

Argumenta, ademais, que "para a concessão da liminar de busca e apreensão é imperiosa prévia comprovação da constituição em mora do devedor fiduciário, mediante carta registrada com aviso de recebimento remetida ao endereço do devedor (...)" (fl. 161).

Alega, por fim, que não foram cumpridos os requisitos para a realização da intimação por edital.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Verifico que o acórdão recorrido consignou que a notificação extrajudicial por AR foi expedida ao endereço do devedor constante do contrato, todavia, o comprovante do aviso de recebimento retornou com a observação de que o destinatário havia se mudado. Posteriormente, a instituição financeira procedeu à notificação via edital, por meio do Tabelionato de Protestos de Títulos de Porto Nacional/TO.

Além disso, o Tribunal de origem registrou que o devedor tem a obrigação de informar seu endereço correto quando da celebração do contrato e de mantê-lo atualizado durante a relação processual.

Dessa forma, concluiu que ficou comprovada nos autos a constituição em mora do devedor-fiduciário.

Com efeito, anoto que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, que firmou o entendimento no sentido de que, para a constituição em mora, é desnecessária a notificação pessoal do devedor, bastando que seja feita via cartório e no endereço declinado no contrato. Nesse sentido, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. MORA. NOTIFICAÇÃO  
ENCAMINHADA E RECEBIDA NO ENDEREÇO DO  
DEVEDOR, CONSTANTE DO CONTRATO. ACÓRDÃO EM  
CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.  
SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A mora decorre do simples vencimento, devendo, por formalidade legal, para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, ser apenas comprovada, pelo credor, mediante envio de notificação por via postal, com aviso de recebimento no endereço do devedor indicado no contrato, o que ocorreu na presente hipótese, sendo prescindível,

para esse efeito, a assinatura do destinatário. Incide, à espécie, a Súmula 83/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.064.969/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 30.8.2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. MORA DO DEVEDOR CONFIGURADA. INCABÍVEL A MANUTENÇÃO DE POSSE DO BEM. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENTREGUE NO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. DISPENSADA A NOTIFICAÇÃO PESSOAL.

1. A ação de revisão contratual não impede a tramitação de ação de busca e apreensão. Precedentes.

2. Para a constituição em mora, é desnecessária a notificação pessoal do devedor, bastando que seja feita via cartório e no endereço declinado no contrato, o que ocorreu no caso dos autos.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 883.712/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 23.3.2017)

Destaco, ainda, que a jurisprudência do STJ já decidiu que em razão do princípio da boa-fé e lealdade contratual, devem as partes informar eventual mudança de endereço até o término do negócio jurídico, ainda que não exista cláusula expressa. Nesse sentido, confirmam-se:

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E ENVIADA AO ENDEREÇO DECLARADO PELA FIDUCIANTE. MORA COMPROVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 83/STJ.

1. Em razão do princípio da boa-fé e lealdade contratual, devem as partes informar eventual mudança de endereço até o término do negócio jurídico, ainda que inexistir cláusula expressa.

2. Para que seja constituída a mora da fiduciante que atrasa o pagamento de parcelas, é desnecessária sua notificação pessoal, basta que se comprove que o cartório de registro de títulos e

documentos entregou a notificação extrajudicial no endereço declarado pela devedora.

3. A fiduciante não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitrada, que se apoiou em entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça. Incidência da Súmula nº 83 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 543.277/SE, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 10.3.2015)

RECURSO ESPECIAL. BUSCA E APREENSÃO DE BEM OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. MORA EX RE. NOTIFICAÇÃO. NECESSÁRIA APENAS À COMPROVAÇÃO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO E DEFERIMENTO DA LIMINAR.

DOMICÍLIO. ATUALIZAÇÃO, EM CASO DE MUDANÇA. DEVER DO DEVEDOR. BOA FÉ-OBJETIVA. ENVIO DE NOTIFICAÇÃO PARA O ENDEREÇO CONSTANTE DO CONTRATO. FRUSTRAÇÃO, EM VISTA DA DEVOLUÇÃO DO AVISO DE RECEBIMENTO, COM ANOTAÇÃO DE MUDANÇA DO NOTIFICADO. DOCUMENTO, EMITIDO PELO TABELIÃO, DANDO CONTA DO FATO. CUMPRIMENTO PELO CREDOR DA PROVIDÊNCIA PRÉVIA AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, QUE PODERIA SER-LHE EXIGÍVEL.

1. A boa-fé objetiva tem por escopo resguardar as expectativas legítimas de ambas as partes na relação contratual, por intermédio do cumprimento de um dever genérico de lealdade e crença, aplicando-se a aos os contratantes. Destarte, o ordenamento jurídico prevê deveres de conduta a serem observados por ambas as partes da relação obrigacional, os quais se traduzem na ordem genérica de cooperação, proteção e informação mútuos, tutelando-se a dignidade do devedor e o crédito do titular ativo, sem prejuízo da solidariedade que deve existir entre eles.

2. A moderna doutrina, ao adotar a concepção do vínculo obrigacional como relação dinâmica, revela o reconhecimento de deveres secundários, ou anexos, que incidem de forma direta nas relações obrigacionais, prescindindo da manifestação de vontade dos participantes e impondo ao devedor, até que ocorra a extinção da obrigação do contrato garantido por alienação fiduciária, o dever de manter seu endereço atualizado.

3. Por um lado, embora, em linha de princípio, não se deva descartar

que o réu possa, após integrar a demanda, demonstrar ter comunicado ao autor a mudança de endereço, não cabe ao Juízo invocar a questão de ofício. Por outro lado, não há necessidade de que a notificação extrajudicial, remetida ao devedor fiduciante para comprovação da mora, em contrato garantido por alienação fiduciária, seja recebida pessoalmente por ele.

4. A mora decorre do simples vencimento, devendo, por formalidade legal, para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, ser apenas comprovada pelo credor mediante envio de notificação, por via postal, com aviso de recebimento, no endereço do devedor indicado no contrato. Tendo o recorrente optado por se valer do Cartório de Títulos e Documentos, deve instruir a ação de busca e apreensão com o documento que lhe é entregue pela serventia, após o cumprimento das formalidades legais.

5. Recurso especial provido.

(REsp 1592422/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 22/06/2016)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora